

Conflitos e expropriação de territórios tradicionais na Amazônia Brasileira¹

Conflicts and expropriation of traditional territories in the Brazilian Amazon

Solange Maria Gayoso da COSTA

 <https://orcid.org/0000-0002-5542-3663>

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social,
Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Belém, PA, Brasil.
e-mail: solgayoso@ufpa.br

Marcel Theodoor HAZEU

 <https://orcid.org/0000-0003-4106-0678>

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social,
Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Belém, PA, Brasil
e-mail: celzeu@gmail.com

Larissa Marinho da COSTA

 <https://orcid.org/0000-0001-9397-1524>

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social,
Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Belém, PA, Brasil
e-mail: lmc.larissa2@gmail.com

Resumo: Analisa os conflitos e processos de expropriação enfrentados na região amazônica, destacando as estratégias de resistência dos povos locais contra a apropriação e despossessão de seus bens e modos de vida. Como metodologia utilizou-se da revisão bibliográfica do tipo Revisão Sistemática da Literatura, também se utilizou de materiais audiovisuais que apresentaram relatos de lideranças de movimentos sociais e comunidades tradicionais, sendo identificados e classificados em: fortalecimento da identidade; mobilizações, organização/articulação política; e; uso da contrainformação. O uso de contrainformação, que surgiu como processo de r-existência identificado, foi em última instância a própria base de análise deste trabalho que buscou refletir sobre as situações de conflito e os processos de expropriação vivenciados na região amazônica.

Palavras-chave: Conflitos. Povos Tradicionais. R-existência. Amazônia.

Abstract: This article analyses the conflicts and expropriation processes in the Amazon region. It highlights the resistance strategies implemented by local peoples to counter the appropriation and dispossession of their assets and way of life. The methodology employed was a systematic literature review, and a review of audiovisual materials that presented reports from leaders of social movements and traditional communities, these were identified and classified as: strengthening of identity; mobilisations, political organisation/links; and; use of counter-information. The use of counter-information, which emerged as an identified process of r-existence, was ultimately the basis for the analysis, which reflects on the conflicts and the processes of expropriation experienced in the Amazon region.

Keywords: Conflicts. Traditional People. R-existence. Amazon.

¹ Os resultados aqui apresentados compõem um conjunto maior de atividades previstos na pesquisa intitulada *Os efeitos da destinação de terras na produção das desigualdades sociais na Amazônia* aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), código: 409820/2018-0, período de execução: março de 2019 a fevereiro de 2025. Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação CAAE: 30751420.7.0000.0018.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as situações de conflito e os processos de expropriação vivenciados na região amazônica, bem como as estratégias de r-existência² dos povos locais no enfrentamento da apropriação e despossessão dos bens comuns e dos seus modos de vida, a partir de publicações e produções audiovisuais selecionados que formam um conjunto de contrainformação. Compreende-se contrainformação, no sentido como discute Fadul (1982). Fadul define contrainformação em seus estudos como um conjunto de ações e práticas de produção e disseminação de informações que têm o objetivo de questionar e contestar a narrativa dominante. De acordo com Fadul, a contrainformação não se limita apenas à crítica às informações veiculadas pelos meios de comunicação tradicionais, mas envolve também a criação de alternativas comunicacionais que desafiem a manipulação da informação imposta por estruturas de poder. de assegurar a difusão de informações sobre a condição da classe fora dos canais controlados pelo poder dominante, além de aproveitar os espaços que as contradições da burguesia proporcionam dentro desses canais.

O processo histórico de territorialização e expansão do capital na Amazônia brasileira é marcado pela intensificação da exploração do trabalho, pela apropriação dos recursos naturais e pela expropriação de terras tradicionalmente ocupadas. Nesse contexto, destacam-se diversas frentes, incluindo os grandes projetos de integração rodoviária; as obras voltadas à produção de energia, como as hidrelétricas; os empreendimentos de infraestrutura e logística destinados ao escoamento da produção mineral e do agronegócio; e mais recentemente, a posição da região como importante vetor de neutralização do carbono e de oferta de serviços ambientais.

Os territórios em disputa, no contexto da acumulação por espoliação, constituem um projeto político fundamentado na dominação de determinados espaços geográficos e na habilidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desses locais para objetivos políticos, econômicos e militares (Harvey, 2005). Dentro dessa lógica de controle territorial, tal domínio se revela como um elemento imprescindível para a acumulação capitalista.

No que tange ao controle territorial da Região Amazônica, o Estado brasileiro tem adotado, desde a década de 1950, um modelo de desenvolvimento pautado por instituições que implantam políticas governamentais voltadas para garantir a eficácia da expansão e do funcionamento da economia capitalista global na região.

Porto-Gonçalves (2006b), ao analisar esse modelo de desenvolvimento, argumenta que se trata de um modelo destrutivo, pois compromete a autonomia cultural e territorial de cada povo. Esse processo subverte as relações interpessoais, alterando a dinâmica entre homens e mulheres, bem como a conexão deles com a natureza. Em vez de favorecer a coletividade, esse modelo promove a individualização, transformando os indivíduos em seres desterritorializados. Essa nova configuração social, marcada pelo capitalismo, é imposta

² O debate surge das análises de Porto-Gonçalves (2006a) sobre as lutas pela natureza, onde argumenta que a r-existência é muito mais que reagir a uma ação, refere-se a outra racionalidade, é uma forma de existir. Valter Cruz (2011) acrescenta que se trata de uma maneira de resistir a dominação econômica, política e cultural, se trata de afirmar a sua sobrevivência, logo, “[...] não só lutam para resistir contra os que exploram, dominam e estigmatizam essas populações, mas também por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar” (Cruz, 2011, p. 151).

através de técnicas e dispositivos sociais e políticos que fomentam o desenvolvimento, como a privatização de terras e a apropriação de recursos de uso comum e tem gerado violentos conflitos e a expropriação de povos tradicionais de seus territórios tradicionalmente ocupados.

Para aprofundar e refletir sobre estes processos de expropriação e r-existência, realizamos uma revisão bibliográfica usando a metodologia de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) acerca das situações de conflitos socioambientais enfrentados por comunidades tradicionais, com ênfase na identificação e classificação das diversas categorias de conflitos e formas de expropriação, assim como na identificação dos agentes sociais envolvidos. Além disso, para investigar as estratégias de r-existência, realizamos uma pesquisa em materiais audiovisuais produzidos por ou que contaram com a participação de lideranças de movimentos sociais e de comunidades tradicionais, nos quais foram relatados esses processos na Amazônia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Na pesquisa adotou-se a RSL, uma abordagem de pesquisa bibliográfica que, por meio de um rigoroso protocolo, estabelece critérios de inclusão e exclusão dos estudos a serem analisados (De-La-Torre-Ugarte-Guanilo; Takahashi; Bertolozzi, 2011). Para a seleção dos estudos, foram definidos como critérios de inclusão: a natureza dos trabalhos, que abrange teses, dissertações e artigos; a relevância temática, focando em pesquisas que abordem as situações de conflitos e processos de expropriação na região Amazônica; o recorte temporal de seis anos, entre 2014 e 2019; publicações em português; o acesso livre e gratuito às publicações, incluindo teses e dissertações de instituições registradas junto ao CNPq no Diretório de Pesquisas do Brasil; e a pertinência dos artigos, que devem ter vínculos com o Serviço Social e relação direta com a temática abordada.

As bases de dados utilizadas para a busca de publicações eletrônicas disponíveis *online* em redes virtuais foram o Portal de Periódicos e o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, abrangendo instituições federais e estaduais. Na seleção dos artigos, foram priorizadas as revistas com as melhores classificações segundo o Qualis CAPES da área de Serviço Social (A1, A2 e B1). Os termos de busca ou descritores empregados na pesquisa bibliográfica incluíram: Movimentos sociais na Amazônia; Resistência na Amazônia; Lutas pela terra na Amazônia; Resistência das comunidades tradicionais; e Defesa do território na Amazônia. Como resultado, foram identificados 68 estudos, dos quais 48 eram artigos, 14 dissertações e 6 teses.

Para a pesquisa em materiais audiovisuais, desenvolvemos um protocolo de pesquisa voltado para a identificação de vídeos e *podcasts*. Os critérios de inclusão para a seleção de ambos os tipos de mídia foram: relevância para o tema, foco na Amazônia paraense, acessibilidade gratuita e a presença de depoimentos de povos e comunidades tradicionais sobre a atuação do Estado e do capital por meio de grandes empreendimentos.

Identificamos um total de 16 canais no YouTube que tratam de temas relevantes para a pesquisa, a saber: Filhos do Quilombo África e Laranjituba, MAB Brasil, MAM Nacional, Movimento Sem Terra, Movimento Tapajós Vivo, Via Campesina Brasil, Lailson Azevedo, SELVAGEM - Ciclo de Estudos sobre a Vida, SINTEPP Abaetetuba, Vozes Latina, Amazônia Real, Marcelo Cruz, Brasil de Fato, CLACSO TV e FASE - Solidariedade e Educação. Desses canais, foram selecionados 162 vídeos que se mostraram pertinentes ao tema em questão. Após

uma análise minuciosa de todos os conteúdos, optamos por focar em 101 vídeos que abordam a resistência dos povos e comunidades tradicionais, destacando suas perspectivas e posicionamentos.

Além disso, identificamos 6 podcasts relevantes: Banzeiro, Cepedis, Café Regional, Descoloniza! Ocareté, Programa Tipiti e Vozes de Vale(m). Na primeira fase da análise, examinamos 71 episódios desses programas. A partir da escuta completa dos episódios, selecionamos 52, cuja tabulação de dados se tornou uma parte fundamental deste estudo.

EXPROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIO TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: APONTAMENTOS NA LITERATURA SOBRE LUTAS SOCIAIS E PAUTAS REIVINDICATÓRIAS

Uma imagem associada à Amazônia está ligada ao seu baixo índice populacional, à presença de reservas minerais e à sua vasta biodiversidade. Desde a década de 1950, essa concepção tem influenciado as ações do governo na região, que busca ocupar o *vazio demográfico e integrar a Amazônia* às áreas industrializadas como estratégia para seu desenvolvimento.

A abertura de estradas e a ocupação do que se chamava de *vazio demográfico* eram consideradas, em discurso, como essenciais para o controle das fronteiras – a ideia de *integrar para não entregar*. O nacionalismo e o desenvolvimentismo, pilares dos governos brasileiros entre os anos 1930 e 1960, começando com Vargas e seu *Estado Novo* e prosseguindo com Juscelino Kubitschek e sua proposta de *50 anos em 5*, continuaram a influenciar as administrações subsequentes, o que é evidente nas grandes políticas voltadas para a Amazônia. A criação da nova capital do Brasil facilitou a ocupação do Centro-Oeste, e a BR-010 se tornou um importante marco na integração da região Norte aos mercados nacional e internacional. Na mesma linha de desenvolvimento, os governos autoritários que se sucederam após 1964 também promoveram a criação de importantes rodovias, como a Transamazônica (BR-230), a Cuiabá-Santarém (BR-163), a Cuiabá-Porto Velho (BR-364) e a Manaus-Porto Velho (BR-396), que conectavam o Norte ao Centro-Oeste e também às regiões Sudeste e Sul do Brasil.

As demais iniciativas do governo seguem a mesma linha, agora com a implantação de Programas como o Projeto Rondon (1967), a Zona Franca de Manaus (ZFM) (1967), o Programa de Integração Nacional (PIN) I (1970), o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) (1971), o PIN II (1974), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) (1976) e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) (1986), além dos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e das atividades produtivas nos setores agropecuário, madeireiro e mineral, compõem o conjunto das ações governamentais voltadas para a reconquista da região.

A partir de meados da década de 1990, o Brasil começou a adotar um novo discurso sobre políticas de desenvolvimento econômico e ordenamento territorial. Introduziu-se o conceito de desenvolvimento sustentável, que se manifestou na criação de zoneamentos ecológico-econômicos. Essas iniciativas foram apresentadas por meio de diversos Planos Plurianuais (PPA), além da Política Nacional de Ordenamento Territorial, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e do Programa de Aceleração do Crescimento. Para a Amazônia,

foram elaborados o Plano Amazônia Sustentável, o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia e o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal.

No entanto, as intervenções do governo mantiveram o processo de ocupação da região, por meio da implantação de eixos de integração voltados para aumentar a competitividade do agronegócio brasileiro e a produção de energia para os parques industriais do país.

Assim, a Amazônia sempre foi considerada uma região periférica de um país também marginalizado, inserida na dinâmica da economia capitalista global. Ao longo da história, a colonização resultou em investimentos que desconsideraram as especificidades locais. Os povos originários foram submetidos a transformações drásticas em seus modos de vida, enfrentando um uso sistemático da violência, que variou desde a catequização forçada até o extermínio. A luta social emerge como uma condição essencial para a existência e a preservação da identidade desses povos.

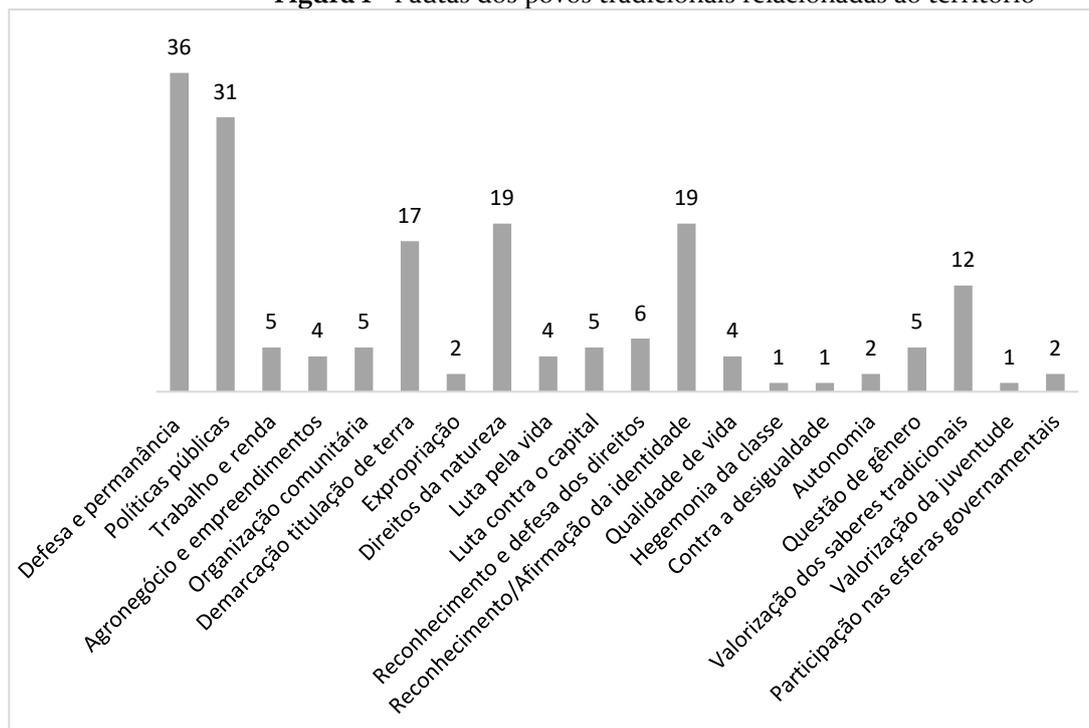
Estudos sobre e depoimentos das comunidades tradicionais na Amazônia brasileira evidenciam que a terra e o território são elementos fundamentais para a (re)produção da vida nessa região, com seus usos e apropriações – tanto materiais quanto imateriais – intimamente ligados às questões de identidade e pertencimento (Alves, 2017; Gonçalves, 2016; Nascimento; Hazeu, 2015). A permanência nessas áreas não apenas contribui para a conservação da natureza, mas também é vital para a própria existência desses grupos. Portanto, o território carrega significados que transcendem a simples demarcação de terras (Freitas, 2014; Tavares, 2016).

Nesse sentido, a terra é compreendida como um elemento essencial à reprodução social e material de povos e comunidades tradicionais, que lutam pela sua defesa e pela construção de uma relação harmônica e não predatória com o ambiente (Silva, 2018b; Silva; Wanderley; Conserva, 2014; Teisserenc, 2016). Uma das principais formas de desestabilizar os modos de vida tradicionais é a expropriação de seus territórios, que resulta no deslocamento constante. Esse processo de expropriação também implica na extração de bens naturais para abastecer o mercado internacional. Tal abordagem provoca uma devastação tanto física quanto cultural de grandes grupos, ao impor padrões eurocêntricos que deslegitimam ou diminuem o valor do conhecimento tradicional (Cavallo, 2018; Pereira, 2016; Silva, Wanderley, Conserva, 2014; Silva, 2018a; Soares, 2018).

Nesse contexto de conflitos e luta pela r-existência, emergem diversas pautas de luta, nas quais as formas organizativas se destacam: Movimentos sociais, associações, grupos de povos e comunidades tradicionais, além de sindicatos, desempenham um papel fundamental como agentes mobilizadores desse processo.

Entre suas principais demandas estão a defesa do território e das formas de vida tradicionais; o acesso a políticas públicas e a serviços de qualidade; a demarcação e titulação de terras; o reconhecimento e a afirmação da identidade territorial; os direitos da natureza; e a valorização de suas práticas e saberes tradicionais. Essas reivindicações se entrelaçam como expressões de uma luta coletiva para proteger e assegurar a permanência de seus territórios e modos de vida, revelando a complexidade e a interconexão das questões enfrentadas por essas comunidades (Figura 1).

Figura 1 - Pautas dos povos tradicionais relacionadas ao território



Fonte: 68 estudos analisados. Elaborado pelos autores (2024).

A Figura 1 evidencia que, dentre os 68 estudos analisados, 36 abordaram a defesa dos territórios e dos modos de vida das comunidades, enquanto 31 destacaram a necessidade de políticas públicas eficazes e serviços de qualidade, sublinhando a carência de acesso desses recursos nas comunidades.

Além disso, 19 estudos ressaltaram a importância dos direitos relacionados à preservação da natureza, bem como o reconhecimento e a afirmação da identidade cultural; outros 12 enfatizaram a valorização dos saberes tradicionais, considerados essenciais na luta dos povos e comunidades tradicionais. Embora as demais temáticas tenham sido menos abordadas, elas constituem o panorama dos aspectos relevantes na discussão deste tema.

Os estudos demonstram que os conflitos surgem como resultado da expansão da monocultura e da extração mineral, atividades que exigem uma infraestrutura robusta para viabilizar os empreendimentos. Esse modelo de desenvolvimento, que começou a se consolidar durante a ditadura militar e ganhou força na década de 1990 com a ascensão do neoliberalismo, tem provocado transformações significativas nos territórios tradicionalmente ocupados, além de impor mudanças drásticas nos modos de vida das comunidades afetadas (Coutinho, 2016; Damasceno, 2016; Freitas, 2014; Gonçalves, 2016; Lima, 2015; Mendes, 2016; Santos, 2014; Silva, 2018b). Por exemplo, as comunidades cuja principal fonte de renda é a pesca enfrentam um uso predatório dos recursos naturais, comprometendo suas condições de vida e trabalho e gerando um ciclo de pobreza (Silva; Wanderley; Conserva, 2014).

Nos municípios onde esses empreendimentos são instalados, a população local frequentemente não é integrada ao mercado de trabalho das empresas, que, ao perder ou modificar seu território original, acaba se vendo forçada a aceitar subempregos oferecidos como uma alternativa ou migrar para as periferias dos centros urbanos. Essa situação contribui para a pauperização da comunidade (Congilio, 2014; Nascimento; Hazeu, 2015).

Os estudos ressaltam as práticas sociais dos povos e comunidades tradicionais, como a caça, a pesca, o cultivo, a colheita, a criação de animais, o uso de plantas e ervas medicinais, bem como as festas, a contação de histórias e a música como elementos constituintes de suas identidades e estratégias políticas de r-existência. A visibilidade que se dá a essas práticas é uma ferramenta essencial para fortalecer os saberes tradicionais, além de evidenciar a necessidade de reivindicação pela permanência no território (Cascaes, 2017; Gonçalves, 2016; Vieira, 2016).

O reconhecimento dessas identidades é fundamental, pois reafirma os laços de solidariedade entre os grupos e evidencia suas limitações, conforme afirma Souza e Brandão (2017). Trata-se de uma luta para preservar esses usos e costumes, que por muitos anos foram silenciados pelos governantes e pela lógica capitalista.

APONTAMENTOS NOS MATERIAIS AUDIOVISUAIS SOBRE LUTAS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE R-EXISTÊNCIA

Para compreender a luta dos povos tradicionais na Amazônia, é fundamental reconhecer que os processos de r-existência devem ser contínuos, uma vez que povos e comunidades tradicionais batalham pela sua existência e pelos seus modos de vida. Porto-Gonçalves, em suas obras (2006b, 2017), aborda a luta pela vida, interpretando-a como mais que resistência a luta dos povos tradicionais é “[...] r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico” (Porto-Gonçalves, 2006b, p. 165).

Nos materiais de mídia pesquisados identificamos a presença de empreendimentos/grandes projetos e projetos de crédito de carbono em territórios tradicionalmente ocupados, que tem provocado impactos socioambientais graves, são esses: a) Barragens e Usinas Hidroelétricas (UHE): de Santo Antônio e Jirau, Belo Monte, Tucuruí e São Luiz do Tapajós; b) Rodovias/Ferrovia/Hidrovia: BR 230, BR-153, Rodovia Liberdade, Ferro Grão e, Hidrovia Tocantins-Araguaia; c) Mineradoras: Hydro, ALCOA, Alumar, Imerys Rio Capim e, Belo Sun; d) Portos privados: Porto da Cargill; e) Empresas de monocultivo: AGROPALMA; f) Empresas de energia elétrica: Norte Energia; g) Outro: Lixão de Marituba; Complexo Industrial de Marituba.

Tais grandes projetos e projetos de crédito de carbono mencionados nos materiais audiovisuais pesquisados têm afetado 26 grupos sociais, desde povos indígenas a comunidades agroextrativistas, comunidades quilombolas e agricultores assentados: o povo Caeté, Samauma, comunidade quilombola Moju-miri, comunidade quilombola Cacual, comunidade quilombola África e Laranjituba, comunidade quilombola São Sebastião do Burajuja, comunidade quilombola Gibrié de São Lourenço, assentamento Dalcídio Jurandir, povo Wapichana de Roraima, povo Huni Kuin, aldeia Xiku Kurumi, comunidade quilombola Porto da Balsa, povo Tembé, povo Yanomami, comunidade agroextrativista do Pirocaba, comunidade quilombola Abacatal, assentamento Roseli Nunes, povo Munduruku, RESEX Chico Mendes, comunidade quilombola Sítio São João, comunidade quilombola Sítio Cupuaçu, comunidade quilombola Sítio Conceição, comunidades da ilha do Capim e PAE Lago Grande.

A presença das comunidades quilombolas e povos indígenas nos materiais audiovisuais é expressiva. Além de dois assentamentos e duas comunidades agroextrativistas, são dez comunidades quilombolas e sete povos indígenas que produzem e/ou estão presentes, apropriando-se dos meios de comunicação, estando no centro de conflitos com as empresas e empreendimentos acima mencionados. Destacamos no Quadro 1 trechos de falas dos sujeitos atingidos por cinco empreendimentos.

Quadro 1 - Impactos socioambientais provocados por empreendimentos e grandes projetos na Amazônia – trechos de depoimentos dos povos e comunidades tradicionais

EIXO	TRECHOS DAS FALAS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
UHE DE BELO MONTE	Depois que fechou as comportas começou a matar, nossas matas, apodreceu as nossas plantas, nos contaminaram, entendeu?! Começamos a perder nossas lavouras, nossas ilhas, margens de nossas ilhas tão se acabando, entraram três ou quatro homens derrubando nossas terras, [...] peixe não existe, nós que vivia da pesca, não existe, as nossas crianças, todos os dias eu trago pessoas contaminada [...]. (Banzeiro, Baiana, ribeirinha, 9/11/2021).
BR-135	A BR 135 invadiu o nosso território a mais de 50 anos, a gente nunca foi consultado, agora o governo federal junto com o governo do maranhão quer duplicar a rodovia passando por cima dos nossos direitos de novo, estamos brigando pelo direito de sermos ouvidos antes [...]. (Zica Pires, Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, Vozes que Vale(m), 27/06/2021).
HYDRO/ALUNORTE	Deixamos de pescar, porque a água tá contaminada, o peixe tá contaminado (...). Agora nós começamos a pescar de novo, aí veio esse impacto, aí pronto tudo parado [transbordo da bacia de rejeito da Hydro em 2018], aí ninguém pesca, ninguém põe matapi, tá tudo parado de novo (Paulo José comunidade Gibrié. MAM Nacional Youtube, Vazamento, 2018)
CARGILL	A Cargill a todo custo tem tentado entrar nos nossos territórios, cooptar moradores, cooptar lideranças e tentar convencer de que o modelo de projeto dela é o modelo mais adequado para nossas comunidades. Nós não queremos a Cargill nos nossos territórios, nós não queremos ser consultados pela Cargill, nós queremos que o estado faça valer o que nos é assegurado na Convenção 169 [...] (Graziele, moradora da ilha do capim, Programa Tipiti, 27.11.2021)
AGROPALMA	Ele diz que preserva o meio ambiente, não protege de jeito nenhum, esse rio Acará eu já cheguei, meti a mão no óleo assim e veio na minha mão (Raimundo Nonato - quilombola da comunidade Balsa. Brasil de Fato. Youtube PARÁ, 2022)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos materiais audiovisuais pesquisados (2024)

Os fragmentos destacados no Quadro 1 evidenciam a realidade contemporânea da região, que se encontra imersa em um contexto de violência estruturada, impulsionada pela territorialização do capital e pela expropriação das áreas tradicionalmente habitadas pelas comunidades locais.

Em um quadro que ilustra os impactos dos grandes projetos na Amazônia Brasileira, elaborado por Costa (2024, p. 43-50), foram identificados investimentos em quatro categorias de empreendimentos registrados entre 1879 e 2016: Estradas, Rodovias e Ferrovias; Exploração de Recursos Florestais e Minerai; Usinas Hidrelétricas; e Portos destinados ao escoamento de minérios e grãos. Algumas dessas intervenções tiveram repercussões significativas sobre 41 etnias indígenas, algumas das quais enfrentam um processo de dizimação (Costa, 2024, p. 38).

A autora também ressalta a multiplicidade dos impactos gerados, que podem ser classificados nas seguintes categorias: a) Impactos Sociais: aumento da pobreza e da fome, deterioração da saúde, ausência de políticas públicas que atendam a demandas específicas, incremento da violência, ameaças e coações, violação de direitos humanos, carência de saneamento básico,

escassez de oportunidades de emprego e intensificação da exploração sexual; b) Impactos Ambientais: desmatamento, catástrofes ambientais (como contaminação da água, do solo e do ar), extração ilegal de madeira, surtos epidemiológicos relacionados a mosquitos, assoreamento de corpos d'água, alterações no ciclo de vida da fauna, queimadas, vazamentos em bacias de rejeitos minerais, erosão do solo e uso indiscriminado de agrotóxicos; c) Impactos Territoriais: ataques a aldeias, demarcações de terras que não refletem a extensão real dos territórios, falta de demarcações e grilagem de terras; d) Impactos Culturais: extermínio/genocídio, fechamento de espaços utilizados para práticas tradicionais, expansão da urbanização e destruição de vestígios arqueológicos (Costa, 2024, p. 41).

Para enfrentar o histórico processo de acumulação por espoliação da Região Amazônica, surgiram processos de r-existência, como o fortalecimento da identidade, mobilizações e organização/articulação política e o uso da contrainformação (Quadro 2).

Quadro 2 - Estratégias de r-existência dos povos e comunidades tradicionais no enfrentamento de processos de expropriação em defesa dos seus territórios

EIXO ESTRATÉGICO	AÇÕES
Fortalecimento da identidade	Autodemarcação do território e plano de uso e gestão territorial; Encontros para a articulação; Investimento na agroecologia e da soberania alimentar, plantar sem veneno/agrotóxico, doação de alimentos; Manter a natureza preservada; Manter seus modos de vida através da roça, a fabricação da farinha, festas religiosas, medicina tradicional, mutirões (trabalhos coletivos); Manutenção da cultura tradicional com música, dança, poesia, artesanato e mística; Prática da oralidade como socialização dos saberes ancestrais; Projeto de fortalecimento da economia tradicional; Reflorestar áreas desmatadas; Retirar da natureza somente o necessário para sobrevivência.
Organização/Articulação política	Articulação/aliança dos povos da floresta e da cidade; Campanha de sensibilização da comunidade; Organização política através de movimento social, associação de moradores, Federações e Coletivos; Parceria com igreja católica, MPF, MPE, Defensoria Pública do Estado do Pará, Universidade, FASE e a MALUMGO; Organização de Pautas políticas e de direitos sociais para negociação junto aos governos e empresas; Participação de representantes dos movimentos sociais em Audiências Públicas e debates públicos; Realização de assembleias populares para reivindicação de direitos territoriais (reconhecimento de territórios tradicionais, terras indígenas e criação de assentamentos rurais); Mobilização; Ocupações de barragens e de ruas; Protesto; Resistência popular; Manifestação; Greve; Mobilização e organização comunitária para elaboração de Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada segundo a Convenção 169 da OIT.
Uso da contrainformação	Cartas denunciando as violações de direitos; Denúncias por meio de veículos de comunicação, vídeos, redes sociais e outros materiais audiovisuais; Encontros, congressos, cursos, oficinas de formação e informação; produção de cartografia social de uso e apropriação de territórios.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos vídeos e *podcast* selecionados para estudo (2024).

Os povos e as comunidades tradicionais têm lutado por serviços públicos e políticas públicas de qualidade, contra ameaças de empreendimentos; contra a grilagem de terras, as queimadas, as violações de direitos; por emprego e renda; pela reforma agrária; por regularização fundiária e principalmente para a permanência em seus territórios exercendo suas tradicionalidades.

A organização e as lutas dos povos e comunidades tradicionais estão intrinsecamente ligadas à denúncia da violência e à destruição de seus territórios, ações estas promovidas tanto pelo capital quanto pelo Estado. Essas entidades renovam continuamente suas estratégias de

apropriação territorial, intensificando o processo de espoliação da natureza e dos corpos humanos associados a esses territórios. Nesse contexto de avanço da reestruturação produtiva e do protagonismo de povos e comunidades tradicionais emergiram diversas estratégias de r-existência. Essas iniciativas resultaram na formação de significativas experiências de mobilização, que perduram há décadas, evidenciando a resiliência e a capacidade organizativa desses povos em face das adversidades.

CONCLUSÕES

A Amazônia, na sua imensa diversidade, é também um cenário de conflitos socioambientais e territoriais, mediante a expansão dos grandes empreendimentos. Os dados de pesquisa reforçam que, diante de um contexto de expropriação, de violação de direitos e de tendência de avanço da territorialização do capital, a r-existência surge em todas as comunidades de diversas formas, como expressão da sua própria sociobiodiversidade. Frente à exploração que no sistema capitalista é apreendida como normal, há a r-existência também como normal (Scott, 2011).

Os resultados apresentados ilustram as tensões e os conflitos vividos nos territórios como parte da tendência do avanço dos interesses do capital na região. Tal movimento de territorialização do capital tem resultado na produção e no aprofundamento das desigualdades sociais, pois os grupos diretamente afetados pela instalação de grandes projetos, empresas, obras de infraestrutura e logística, monocultivo/agronegócio, estariam desprovidos do necessário para a reprodução de seus modos de vida, ou seja, para sua reprodução enquanto grupos sociais específicos, gerando processos produtores de desigualdades.

A pesquisa nos mecanismos audiovisuais indicou que os projetos de morte são representados por Barragens e Usinas Hidroelétricas (UHE); Rodovias/Ferrovia/Hidrovia; Mineradoras; Portos privados e; monocultivo/agronegócio, que tencionam as articulações e mobilizações políticas por povos e comunidades tradicionais. Os rios, fonte da vida, são barrados e transformados em lagos sem vida, as plantações e florestas, fontes de alimentos, viram cavações e bacias de rejeitos da mineração, desertos verdes de monoculturas e as praias e trapiches, a conexão com o rio para pescar e banhar, viraram cercas e portos para exportação de natureza em forma de *commodities*. Mas, em vez de desaparecer, as comunidades como a natureza, existem e resistem.

Além de existir com seus modos de vida em permanente interação com a natureza e as ameaças e objetos estranhos, processos de r-existência identificados no material pesquisado foram categorizados como processos de fortalecimento da identidade, mobilizações, organização/articulação política, reivindicação da efetivação dos direitos estabelecidos legalmente e o uso da contrainformação.

O uso de contrainformação, que surgiu como processo de r-existência identificado, foi em última instância a própria base de análise deste trabalho que buscou refletir sobre as situações de conflito e os processos de expropriação vivenciados na região amazônica, bem como as estratégias de r-existência dos povos locais no enfrentamento da apropriação e despossessão dos bens comuns e dos seus modos de vida.

São as pesquisas e publicações acadêmicas analisadas neste estudo que geraram estas conclusões que se contrapõem aos discursos oficiais e estudos que acompanham (e apoiam) o avanço do capital na Amazônia. De forma mais radical, a contrainformação é produzida pelos próprios povos e comunidades tradicionais que defendem seus territórios através meios audiovisuais próprios ou nos quais são protagonistas. É neles que os filtros coloniais que ainda perpassam grande parte da produção acadêmica e que dominam as publicações oficiais são eliminados e a realidade se apresenta na sua dinâmica violenta e bela ao mesmo tempo, denunciando as invasões e revelando outros mundos possíveis e existentes.

REFERÊNCIAS

Alves, T. S. **A pesca e o Centro de Lançamento de Alcântara: saberes e conflitos sociais.** 2017. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia)-Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

Banzeiro. Ibama renovação de licença de operação de Belo Monte. Entrevistados: Baiana, ribeirinha. [S. l.], 9 nov. 2021, Episódio n. 49. *Podcast*. Disponível em: xinguvivo.org.br. Acesso em: 11 jan. 2023.

Cascaes, B. S. “**Miranda era essas pedras**”: Estado, mineração e conflitos em uma comunidade quilombola. 2017. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia)-Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

Cavallo, G. Conhecimentos ecológicos indígenas e recursos naturais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 373-390, 2018. DOI: 10.1590/s0103-40142018.3294.0024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/n4YBVGZKLB4TBF86zDGnSjj/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022.

Congilio, C. R. Mineração, trabalho e conflitos amazônicos no Sudeste do Pará. **R. Pol. Públ.**, São Luís, Número Especial, p. 195-199, jul. 2014. DOI: 10.18764/2178-2865.v18nEp195-199. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2708>. Acesso em: 20 set. 2022.

Costa, L. M. **A luta dos povos tradicionais: organização política de r-existência no Baixo Tocantins.** 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

Coutinho, J. L. R. **Questão fundiária e propriedade da terra na Amazônia: um estudo de caso sobre a distribuição de terras no ramal do Brasileirinho.** 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

- Cruz, V. C. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- Damasceno, E.S. **A Resex de Tauá-Mirim e seus rizomas:** um experimento de autoria coletiva e etnografia do processo. 2016. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.
- De-La-Torre-Ugarte-Guanilo, M.C.; Takahashi, R.F.; Bertolozzi, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011.
- Fadul, A. Hegemonia e contra-informação: por uma nova práxis da comunicação. *In*: Silva, C.E.L. da. **Comunicação, Hegemonia e contra-informação.** São Paulo: Cortez, 1982. p. 35.
- Freitas, L. F. N de. **Filhos do Waraná:** territorialização dos Sateré-Mawé na Região Metropolitana de Manaus – RMM. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.
- Gonçalves, A. C. S. **Quando o mastro é de eucalipto!** (des)planejamento e implantação de empreendimentos desenvolvimentistas em Bacabeira-MA. 2016. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia)-Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.
- Harvey, D. A acumulação via espoliação. *In*: Harvey, D. **Novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- Lima, L. N. M. **Povos indígenas e agricultores familiares:** a luta pela construção da identidade e da diversidade no Território Sudeste Paraense. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia)-Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- Mendes, A. C. M. **Reflexões e contribuições para a etnografia das práticas cotidianas de resistência das quebradeiras de coco babaçu de Codó.** 2016. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia)-Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.
- Nascimento, N. S. F.; Hazeu, M. T. Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena, Pará. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, p. 288–301, 2015. DOI: [10.18315/argumentum.v7i2.10533](https://doi.org/10.18315/argumentum.v7i2.10533). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10533>. Acesso em: 21 set. 2022.
- Pereira, E. M. E nos sonhos que fui sonhando, as visões se clareando: hegemonia e luta pela terra no Brasil. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 194-203, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1796/179648201004/html/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

Pará: BdF confirma a existência de três cemitérios quilombolas em área ocupada pela Agropalma. [S.l.: s.n.], 2022. 1 vídeo (3:32 min). Publicado pelo canal Brasil de Fato Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dnpuF-aqgCY>. Acesso em: 12 jan. 2023.

Porto-Gonçalves, C.W. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana.** [S.l.]: [s.n.], 2006b. p. 37-52. Disponível em: https://posgeo.uff.br/wp-content/uploads/sites/256/2020/06/texto_carlos_walter.pdf. Acesso em: 2 jan. 2023.

Porto-Gonçalves, C. W. **A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha.** Buenos Aires: CLACSO, 2006a. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

Porto-Gonçalves, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

Programa Tipiti. Impactos do porto da Cargill e da Hidrovia Tocantins – Araguaia em debate. Entrevistados: Carlos Bordalo (deputado estadual, presidente da Comissão de DH da ALEPA-PA), Grazielle, moradora da ilha do capim, 27/11/2021. *Podcast.* [S. l.]: FASE Amazônia, Acesso em: 21 jan. 2023.

Santos, R. R. N. “**Dis o índio...**”: outra dimensão da lei - políticas indígenas no âmbito do diretório dos índios (1777-1798). 2014. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

Scott, J. S. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília (DF), n. 5, p. 217-243, jan./jul. 2011.

Silva, E. C. A. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.

Silva, E. L. P.; Wanderley, M. B.; Conserva, M. S. Proteção social e território na pesca artesanal do litoral paraibano. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 117, p. 169-188, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jN7zVgc7FBygmSjby5kBcLy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 jun. 2021.

Silva, L. C. C. **Quebradeiras de Coco Babaçu, organização e mobilização política no Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, região do Médio Mearim (MA): a experiência da fábrica de sabonete.** 2018b. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia)-Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

Soares, I. P. Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor: luta quilombola brasileira. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 574-583, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/ZWK69KvXnz79kz97LNhnSTp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 jun. 2021.

Souza, S. C.; Brandão, A. A P. Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Mucuri: um emaranhado de significados no processo de construção identitária. **O Social em Questão**, ano 20, n. 37, p. 109-136, jan./abr. 2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_art_6_Souza_Brandao.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

Tavares, A. S. **Geograficidades, urbanidades rurais e campesinidade no modo de vida dos moradores da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia**. 2016. (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

Teisserenc, M. J. S. A. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em Reservas Extrativistas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 229-242, maio/ago. 2016.

Vazamento de Rejeito da Hydro Alunorte, em Barcarena. [S.l.: s.n], 2018. 1 vídeo (11:01 min). Publicado pelo canal MAM Nacional Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7VFOZqVFFNE>. Acesso em: 17 jun. 2022.

Vieira, M. C **Histórias Tembé: sobre narrativas e autoidentificação'** 09.05.2016 169 f. Doutorado em Antropologia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

Vozes Que Vale(M). A importância da Convenção 169 da OIT como freio do racismo ambiental. Entrevista: Zica Pires, pedagoga e liderança quilombola, do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão. [S. l.], 2jun. 2021, Episódio n. 8. *Podcast*. Disponível: <https://open.spotify.com/episode/1YrrAxUEGgwWdnvDC3YsDd>. Acesso em: 12 jan. 2023.

Solange Maria Gayoso da COSTA Trabalhou na concepção, no delineamento e na redação do artigo. Assistente Social. Atriz de teatro. Doutora em Ciências Socioambientais. Professora associada III da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (GESTERRA). Membro das redes de pesquisadoras/es do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e da rede AMAZONICIDADES.

Marcel Theodoor HAZEU Trabalhou na redação e na revisão crítica do artigo. Doutor em Ciências Socioambientais. Professor adjunto II da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (GESTERRA).

Larissa Marinho da COSTA Trabalhou na análise e na interpretação dos dados. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS). Bacharela em Serviço Social. Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (GESTERRA). Tem experiência com os temas: Movimento Social; Habitação; Resistência; Lutas Sociais, Território; Amazônia; Políticas Sociais.

Editoras responsáveis

Ana Targina Ferraz – Editora-chefe

Maria Lúcia Teixeira Garcia – Editora Temática

Submetido em: 18/8/2024. Aceito em: 8/10/2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.